

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Ações de internacionalização na educação pública do estado do Amapá (2018–2025): uma análise dos acordos e parâmetros nacionais

Hemily da Silva Oliveira, Jaqueline Nascimento da Silva Reis, Kelly Cristina Nascimento Day

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16765>

Submetido em: 2026-07-01

Postado em: 2026-07-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DO ESTADO DO AMAPÁ (2018-2025): uma análise dos acordos e Parâmetros Nacionais

Hemily da Silva Oliveira

Universidade do Estado do Amapá

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-7915-8201>

Jaqueline Nascimento da Silva Reis

Universidade do Estado do Amapá

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4896-1316>

Kelly Cristina Nascimento Day

Universidade do Estado do Amapá

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2077-7832>

RESUMO: O processo de internacionalização na Educação Básica tem crescido significativamente, evidenciando seu caráter transformador e sua relevância na formação para uma cidadania global. Diante das concepções que envolvem esse fenômeno, este artigo realiza um levantamento das ações de internacionalização vigentes na rede pública de ensino do Estado do Amapá, especificamente os acordos e protocolos mais recentes firmados entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e organismos públicos da França. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório. Os dados gerados possibilitaram uma reflexão sobre a presença crescente da internacionalização na Educação Básica na sociedade contemporânea e a importância das políticas linguísticas no fortalecimento da cooperação educacional. Os resultados da pesquisa revelaram que, embora seja um fenômeno inicial, as ações desenvolvidas no Estado do Amapá demonstram um avanço significativo na execução de projetos, por meio de uma dimensão internacional e intercultural, especialmente em parcerias com a Academia da Guiana e a Embaixada da França no Brasil. Conclui-se que o estudo contribui para a compreensão teórica do fenômeno e serve de base para uma construção futura de orientações que consolidem a internacionalização na educação amapaense.

Palavras-chave: Internacionalização. Educação pública. Parâmetros Nacionais. Cooperação transfronteiriça. Amapá.

Internationalization actions in public education in the state of Amapá (2018-2025): an analysis of agreements and National Parameters

ABSTRACT : The process of internationalization in Basic Education has expanded significantly, underscoring its transformative nature and its relevance in fostering global citizenship. Considering the different conceptions related to this phenomenon, this article presents a survey of internationalization initiatives in Basic Education currently implemented in the state of Amapá, with a focus on the agreements and/or projects established between the State Department of Education of Amapá and international representatives. This study is

bibliographic and documentary in nature, adopting a qualitative and exploratory approach. The data generated enabled reflections on the growing presence of internationalization in Basic Education in contemporary society and on the importance of language policies in strengthening educational cooperation. The findings reveal that, although it is still an incipient phenomenon, the initiatives developed in the state demonstrate significant progress, particularly in intercultural and global training, with emphasis on partnerships established with French institutions. It is concluded that this study contributes both to the theoretical understanding of the phenomenon of internationalization and to the improvement of public educational policies in the educational context of Amapá.

Keywords: Internationalization. Basic Education. Language Policies. Educational Cooperation.

Introdução

Este estudo tem como objetivo levantar e analisar as ações de internacionalização na Educação Básica do Estado do Amapá, junto à Secretaria de Estado da Educação, com vistas à construção de um panorama alinhado ao que orientam os Parâmetros Nacionais para a internacionalização na Educação Básica no Brasil. Esse documento foi lançado no ano de 2022 pelo Ministério da Educação (MEC) e, por ser uma iniciativa recente, considera-se fundamental compreender seus aspectos conceituais e normativos, bem como examinar de que maneira o sistema educacional amapaense vem desenvolvendo projetos e/ou estabelecendo acordos que favoreçam a inserção da educação local nesse processo.

Os Parâmetros Nacionais para a internacionalização na Educação Básica no Brasil (2022) são um documento produzido por meio de uma metodologia colaborativa e dividido em cinco grandes áreas, problematizando a internacionalização a partir da escola, da gestão, da formação de professores, do currículo, das práticas pedagógicas e do estudante. Sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), o estudo foi concentrado nos seguintes eixos: a discussão dos fundamentos da internacionalização, o contexto brasileiro, as estratégias para a internacionalização e, por fim, a avaliação e o monitoramento da internacionalização na Educação Básica.

No intuito de verificar as transformações nos ambientes educativos com foco na internacionalização, fez-se necessário levantar a existência de projetos em execução e se estes se alinham aos preceitos estabelecidos nas áreas descritas pelos Parâmetros Nacionais. O que os documentos da Secretaria de Estado da Educação do Amapá definem como internacionalização? O que tem sido feito para promover iniciativas de uma política de internacionalização na Educação Básica da rede pública estadual?

Assim, este estudo visa contribuir com a apresentação de um panorama das ações de internacionalização na Educação Básica, considerando a importância do debate para a especificidade local, um contexto fronteiriço de acordos bilaterais, com grande potencial para a efetivação de projetos que promovam a ampliação da participação das escolas em um contexto global e interconectado.

Para tanto, o presente estudo realizou um levantamento das ações para internacionalização na Educação Básica vigentes na rede pública de ensino do Estado do Amapá, especificamente dos acordos e/ou projetos firmados entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e organismos públicos da França, a saber, a Região Acadêmica da Guiana e a Embaixada da França no Brasil. Dessa forma, esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório (Severino, 2013). Para o alcance do método de abordagem, a pesquisa perpassou pela análise de documentos, com levantamento de fontes primárias, tais como: Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil (Brasil, 2022); e de âmbito local os Protocolos de Intenção com a Região Acadêmica da Guiana e o Acordo de Cooperação Técnica com a Embaixada da França no Brasil. Ademais, realizou-se um breve levantamento histórico sobre a parceria entre o Amapá e a Guiana Francesa, bem como da cooperação acadêmica entre ambos, com o objetivo de contextualizar os acordos analisados.

No que se refere ao recorte temporal, o período de 2018 a 2025 justifica-se por englobar a renovação e implementação das ações mais recentes da parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e a Academia da Guiana Francesa, consolidada desde 2008, voltada à promoção do ensino das línguas oficiais dos países signatários. Além disso, nesse período, formalizou-se uma parceria com a Embaixada da França no Brasil, instituição que já atuava no apoio a projetos voltados à promoção e à difusão do ensino da língua francesa. Tal recorte possibilita analisar o desenvolvimento e a consolidação das iniciativas de internacionalização na Educação Básica amapaense.

Além dessa introdução, o artigo apresenta três seções. Na primeira seção, apresentam-se os principais conceitos relacionados à internacionalização. Em seguida, a segunda seção focaliza os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica. Na sequência, a terceira seção trata das ações de internacionalização na Educação Básica e Profissional amapaense e apresenta os projetos de cooperação internacional desenvolvidos pela Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED) e as instituições francesas mencionadas. Por fim, a quarta seção apresenta as Considerações Finais, as quais

sintetizam os achados da pesquisa, discutem os desafios para a institucionalização dessas políticas e apontam caminhos para estudos futuros e para a consolidação da internacionalização na rede estadual.

1 Internacionalização na Educação Básica no Brasil: perspectivas conceituais

A internacionalização, promovida como parte primordial para uma educação de qualidade e transformadora, vem se desenvolvendo rapidamente na Educação Básica e em diferentes territórios pelo mundo (Thiesen, 2018). Diante disso, as pesquisas no âmbito da Educação e em outras áreas discutem cada vez mais seu conceito, apontando, em grande maioria, a necessidade de capacitar futuros profissionais para uma cidadania global¹. Segundo o ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, “a educação nos dá uma compreensão profunda de que estamos todos unidos como cidadãos da comunidade global, e que os nossos desafios estão interligados” (Unesco, 2016, p. 14).

A internacionalização da Educação Básica no Brasil tem se configurado como um fenômeno cada vez mais presente na sociedade que, impulsionado por diversos fatores políticos e econômicos, incorpora questões educacionais e socioculturais oriundas do cenário global. Esse movimento ocorre em um contexto no qual interesses do Estado e do mercado se entrelaçam, resultando na adoção de políticas e práticas que buscam alinhar a educação nacional às dinâmicas globais, promovendo a interculturalidade². Em seus estudos, Thiesen compreende

[...] internacionalização do currículo na Educação Básica como um movimento, ainda inicial, com motivações de natureza política e econômica, que se fortalece mobilizado predominantemente por influência de organismos estatais ou privados – os quais operam em espaços e instâncias transnacionais. (Thiesen, 2017, p. 1003).

Esse cenário evidencia que ao discutir a internacionalização na Educação Básica no Brasil, há interesses externos à escola, especialmente políticos e econômicos. Isso reflete a adaptação das instituições escolares ao mercado internacional cujo desenvolvimento de competências globais e a formação de indivíduos para atuarem em contextos internacionais

¹ A cidadania global refere-se ao sentimento de pertencer a uma comunidade mais ampla e a uma humanidade comum. Ela enfatiza a interdependência e a interconexão política, econômica, social e cultural entre os níveis local, nacional e global (Unesco, 2016, p. 14).

² A interculturalidade na educação busca propiciar a troca de experiências com vistas ao desenvolvimento de relações respeitadas e de reconhecimento mútuo entre os indivíduos, preservando as diferentes identidades culturais (Brasil, 2022, p. 14).

são vistos como um diferencial. Com base nisso, é possível inferir que a internacionalização na Educação Básica no Brasil vai além de iniciativas pedagógicas internas, configurando-se como um movimento mais amplo, que pode estar sendo influenciado por interesses comuns do Estado e do mercado.

Mediante a educação, um país pode promover sua língua, sua cultura, seus valores e suas ideias para além das fronteiras. Instituições de ensino, programas de intercâmbio, bolsas de estudo e parcerias acadêmicas são algumas das formas como a educação pode ser utilizada para influenciar positivamente a imagem e a percepção de um país no cenário internacional. (Amaral; Mocarzel, 2025, p. 5).

Observa-se o papel estratégico da educação como um instrumento de projeção internacional dos Estados, aproximando-se do conceito de *soft power*³(poder brando), no qual políticas educacionais e ações institucionais são mobilizadas para fortalecer a presença e a influência de um país no cenário global.

Atualmente, a internacionalização é impulsionada desde a Educação Básica e pode impactar na forma como é planejado o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, é preciso compreender os tipos de internacionalização de modo a não considerar apenas a mobilidade estudantil como processo. Segundo Knight (2019), a internacionalização está dividida em “internacionalização em casa” e “transfronteiriça/mobilidade”. Para a autora,

O conceito ‘em casa’ foi desenvolvido para dar maior proeminência a estratégias situadas no campus a fim de contrabalançar a ênfase crescente na mobilidade acadêmica internacional. A educação transfronteiriça, muitas vezes denominada de mobilidade acadêmica internacional, diz respeito ao movimento de pessoas, programas, provedores, políticas, conhecimentos, ideias, projetos e serviços que cruzam fronteiras nacionais (Knight, 2019, p. 32).

A distinção explorada pela autora evidencia que as experiências internacionais não se limitam à mobilidade física de estudantes e professores. Ao incluir a internacionalização “em casa”, Knight (2019) destaca a relevância de iniciativas desenvolvidas no próprio espaço escolar, capazes de incorporar dimensões internacionais e interculturais ao currículo, às práticas pedagógicas e à organização institucional.

Os Parâmetros Nacionais para a internacionalização na Educação Básica (Brasil, 2022), documento elaborado por um grupo de trabalho composto por especialistas, entre 2021 e 2022, sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), apresenta aspectos conceituais para orientar esse processo. Conforme

³ Conceito formulado por Joseph Nye e diz respeito a “uma articulação sedutora de poder, que conduz os indivíduos e grupos, de forma sutil, fazendo com que mudem sua forma de pensar e ver o mundo, intuindo de forma intrínseca a pensar de forma comum” (Nye, 2004 *apud* Amaral; Mocarzel, 2025, p. 3).

estabelecido nos Parâmetros Nacionais, a internacionalização integral envolve a “internacionalização em casa” que acontece a partir de atividades internacionais e interculturais no espaço escolar, por exemplo, por meio de eventos online com convidados estrangeiros, projetos colaborativos entre instituições e intercâmbio virtual. Compreende, ainda, a internacionalização do currículo que integra dimensões globais ao projeto pedagógico da escola, bem como a internacionalização por mobilidade que promove oportunidades aos estudantes e professores em uma experiência presencial e virtual no contexto internacional. Esse movimento de preparo dos estudantes para um mundo dinâmico e interconectado implica, em sua maioria, no uso de línguas estrangeiras e no entendimento de outras culturas.

Em consonância com essa discussão, a dimensão linguística aparece como um elemento transversal aos processos de internacionalização, uma vez que a formação para um mundo interconectado envolve, de forma recorrente, a proficiência e o contato com outras línguas e outras culturas. Assim, a noção de política linguística é mobilizada neste estudo como um pano de fundo conceitual, na medida em que pensar a internacionalização da Educação Básica pressupõe algum grau de planejamento ou orientação quanto à formação linguística no espaço escolar, ainda que tal política não se apresente de forma explícita ou sistematizada.

Segundo Spolsky (2004 *apud* Silva, 2013), a política linguística existe mesmo quando não está oficialmente declarada, pois se manifesta nas práticas e crenças linguísticas presentes nos contextos sociais e educacionais.

A política linguística existe mesmo naqueles contextos em que ela não foi explicitada ou estabelecida oficialmente. Muitos países, instituições e grupos sociais não têm uma política linguística formal, de modo que a natureza de sua política linguística deve ser derivada a partir do estudo de suas práticas e crenças linguísticas. Mesmo naqueles contextos em que há uma política linguística formal, seu efeito nas práticas linguísticas não é garantido nem consistente (Spolsky, 2004 *apud* Silva, 2013, p. 311).

Nessa perspectiva, a política linguística pode ser compreendida como um componente que acompanha e sustenta ações de internacionalização, sem se constituir um marco regulatório. Como exemplo, o convívio diário entre populações de Oiapoque e Saint-Georges, na fronteira franco-brasileira, favorece o uso recorrente de diferentes línguas nos espaços de circulação social, como escolas, comércio, serviços públicos e interações informais. Nesses contextos, o português e o francês, além de línguas locais, são mobilizados conforme as necessidades comunicativas, evidenciando práticas linguísticas que se consolidam no cotidiano, independentemente da existência de políticas oficiais formalmente instituídas. Tais

práticas podem ser compreendidas como experiências que se aproximam da noção de internacionalização em casa, ao promoverem interações interculturais no próprio espaço local.

Diante desses aspectos conceituais apresentados, torna-se pertinente concentrar a análise nos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica, uma vez que esse documento sistematiza, em nível nacional, os princípios, as diretrizes e os objetivos que orientam as ações de internacionalização no âmbito da Educação Básica brasileira. Assim, a seção seguinte apresenta uma abordagem panorâmica de análise desse documento, por se tratar de um marco normativo para a compreensão das iniciativas e acordos de cooperação educacional que se desenvolvem nos contextos locais e regionais.

2 Parâmetros Nacionais: o marco regulatório da internacionalização na Educação Básica

Os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica no Brasil são um documento elaborado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC), publicado em 2022. Esse documento surgiu com a necessidade de estabelecer diretrizes que pudessem orientar a implementação da internacionalização, desde os anos iniciais dos estudantes, de forma inclusiva, contribuindo para a preparação dos alunos às exigências do mercado de trabalho e para o desenvolvimento da cidadania global.

A internacionalização na Educação Básica representa a entrada dos estudantes para o mundo, possibilitando que o ambiente educativo capacite os alunos para uma sociedade interconectada. Para isso, o referido documento destaca que é de suma importância ter o conhecimento de outro idioma para fazer parte dessa cidadania global, que busca desenvolver o respeito a outras culturas, elemento essencial para se promover uma sociedade mais harmônica, justa e intercultural. Conforme os Parâmetros Nacionais para a internacionalização na Educação Básica no Brasil, “a importância da Internacionalização para a trajetória formadora dos estudantes da Educação Básica fica evidenciada diante da relevância do desenvolvimento de competências internacionais e interculturais” (Brasil, 2022, p. 11).

O documento está estruturado em quatro eixos: educação para cidadania global, internacionalização integral (para todos), interculturalidade e plurilinguismo. Compreende cinco áreas principais, a primeira área: “A Escola e a Internacionalização na Educação Básica” que reconhece a escola como um espaço essencial para a formação educacional e

social do indivíduo, logo, destaca o papel das instituições de ensino como espaços fundamentais para a implementação da internacionalização em casa, do currículo e por mobilidade. Nesse eixo, afirma-se que

a escola, no século XXI, ampliou sua abrangência de relações, estando inserida num contexto globalizado e interconectado. Este contexto expressa relações sociais, historicamente complexas, e que desafiam a convivência entre as nações na construção de um mundo sustentável. A influência dos contextos internacionais na escola pode ser percebida na multiculturalidade, múltiplas culturas e no plurilinguismo, múltiplos idiomas, existentes no país (Brasil, 2022, p. 43).

A segunda área intitulada “Gestão da Internacionalização da Educação Básica”, destaca que a gestão desse processo “[...] precisa atuar de forma ágil, com padrões de excelência focados na qualidade dos serviços oferecidos e com clareza dos objetivos e metas a serem alcançados, especialmente, tendo presente que a Internacionalização é para todos (Brasil, 2022, p. 51)”. Assim, esse eixo trata de estratégias administrativas e políticas para integrar a internacionalização às redes de ensino. Dessa forma, é necessário que os gestores estejam preparados para dialogarem com os diferentes atores envolvidos nas tomadas de decisões. A interação com esses atores é essencial para o desenvolvimento de uma prática de internacionalização.

A terceira área, intitulada “Formação dos Professores e demais Profissionais da educação para a Internacionalização na Educação Básica”, aborda a capacitação, por meio da formação inicial e continuada, e a valorização dos docentes e profissionais da educação para atuarem no contexto globalizado. De posse disso, os Parâmetros Nacionais informam que, como princípio,

a formação docente para a Internacionalização, seja inicial e/ou continuada, precisa considerar a complexidade deste mundo, que interrelacionam diferentes níveis geoeconômicos, como o global, regional, nacional e institucional e necessita estar presente e valorizada neste processo (Brasil, 2022, p. 75-76).

A quarta área, intitulada “Currículo Escolar e Práticas Pedagógicas para a Internacionalização na Educação Básica”, explora as abordagens internacionais nos conteúdos curriculares e metodologias de ensino, chamando a atenção para as diferentes realidades locais e contextuais dos estudantes. Conforme apresentado nos Parâmetros, “o currículo escolar deve ser contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e dos seus estudantes, e deve contemplar a abordagem de temas contemporâneos em escala local, regional, nacional e global” (Brasil, 2022, p. 89). De acordo com esse princípio, o Currículo Escolar,

assegura o desenvolvimento integral dos educandos, em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica, seu preparo para o exercício da cidadania global e sua qualificação para o trabalho, a partir da integração de experiências educacionais que promovam o desenvolvimento de competências internacionais e interculturais em todas as crianças e adolescentes, jovens e adultos da Educação Básica (Brasil, 2022, p. 91).

A quinta área, intitulada “O Estudante e a Internacionalização na Educação Básica”, trata do protagonismo do aluno nas ações pensadas para as práticas internacionais. Assim, enfatiza a importância da formação integral do estudante, por intermédio da sua capacitação no desenvolvimento cognitivo, socioemocional e intercultural. Além disso, busca desenvolver uma cidadania global por meio do estímulo à criticidade, à participação em diferentes manifestações culturais e à participação em ações que desenvolvam competências para vivência em um contexto internacional. De acordo com os Parâmetros,

a formação do estudante com habilidades, competências e conhecimentos essenciais para o século XXI requer sua valorização como um sujeito capaz de desenvolver-se crítico, reflexivo, comprometido e autônomo nos movimentos da Internacionalização na Educação Básica (Brasil, 2022, p. 108).

Dessa forma, segundo os Parâmetros, a inclusão de uma perspectiva global ao ensino amplia o conhecimento e desenvolve habilidades sociais, culturais e acadêmicas dos estudantes. As cinco áreas demonstram a relevância da preparação das escolas para uma educação mais conectada. Ao trabalharem aspectos como a escola no contexto internacional, a gestão institucional, a formação de professores, o currículo e protagonismo estudantil, esses eixos oferecem um ponto de partida para a Educação Básica mais objetiva, inclusiva e alinhada às transformações mundiais. Os Parâmetros Nacionais têm como prospecção destacar a importância de uma educação com equidade, diversidade e cooperação internacional. Para o Ministério da Educação (Brasil, 2022), a internacionalização desempenha um papel essencial na formação dos estudantes da Educação Básica, especialmente por contribuir para o desenvolvimento de competências internacionais e interculturais que são fundamentais para a atuação em uma sociedade globalizada, visto que

A Internacionalização da Educação tem na escola o elemento central e identifica a importância do seu protagonismo e a necessidade de iniciar o seu processo já na Educação Básica, enfatizando a interconexão entre os diferentes níveis e sistemas educativos, valorizando e adaptando os diferentes modelos educacionais (Brasil, 2022, p. 11).

É importante ressaltar que a escola deve ser compreendida como núcleo estratégico do processo de internacionalização. De posse disso, depreendemos que há um movimento para

que o referido processo se inicie desde a Educação Básica, e não apenas no ensino superior, promovendo uma formação progressiva. Assim, conforme abordado no documento, os estudantes terão uma construção contínua de suas competências, respeitando as especificidades de cada etapa educacional e aproveitando as diferentes abordagens pedagógicas ao longo do percurso formativo. Entretanto, muitos pesquisadores têm problematizado a internacionalização da Educação Básica, alertando para tensões e contradições presentes nesse processo.

Amaral e Mocarzel (2025), ao analisarem os Parâmetros Nacionais, argumentam que, embora o discurso oficial enfatize a inclusão, a interculturalidade e a cidadania global, a internacionalização também pode operar como estratégia de *soft power*, articulando interesses econômicos, geopolíticos e culturais, além de abrir espaço para processos de privatização e para a intensificação da atuação de agentes externos no campo educacional.

No âmbito curricular, a internacionalização tem repercutido diretamente nas reformas educacionais em curso no Brasil. Thiesen (2018) destaca que a internacionalização dos currículos na Educação Básica se articula às reformas recentes, redefinindo prioridades formativas e enfatizando o desenvolvimento de competências globais, o que pode resultar tanto na ampliação de possibilidades quanto no reforço de desigualdades, a depender das condições de implementação e das concepções que orientam essas políticas.

No Ensino Médio, a incorporação da internacionalização ao currículo impõe desafios significativos à gestão escolar. Köhler (2024) aponta que a implementação de propostas de internacionalização exige reconfigurações na organização pedagógica, na formação docente e na gestão das escolas, evidenciando lacunas que impossibilitam o atendimento às demandas institucionais, às políticas públicas e às condições concretas de funcionamento das unidades escolares.

Sob esse aspecto, o processo de internacionalização na Educação Básica tem sido compreendido como um campo em disputa, permeado por diferentes concepções, expectativas e interesses. Quadros (2025) ressalta que, entre rumores e perspectivas, a internacionalização tende a oscilar entre uma proposta formativa voltada à interculturalidade e à cidadania global e abordagens mais instrumentais, o que reforça a necessidade de análises críticas sobre seus impactos pedagógicos, curriculares e sociais, especialmente no contexto da escola pública brasileira.

Diante do exposto, é possível compreender de que maneira iniciativas locais se inserem na política de internacionalização de âmbito nacional e nos aspectos conceituais

desse processo. Na próxima seção, discute-se o contexto local, partindo dos acordos de cooperação internacional entre a França e o Estado do Amapá, por meio da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP).

3 Ações de internacionalização na Educação Básica amapaense

O Estado do Amapá, por ser um território que faz fronteira com a Guiana Francesa, uma coletividade territorial ultramarina da França⁴, estabelece uma proximidade fronteiriça que, ao longo de décadas, tem impulsionado a formulação de políticas públicas educativas que fomentam a perspectiva internacional. Dessa forma, várias parcerias e diversos projetos surgiram como proposta, em nossa análise, mediante as abordagens conceituais deste estudo, de implementação da internacionalização da Educação Básica.

Segundo dados disponíveis no site oficial da Embaixada da França no Brasil, a relação entre Brasil e França vem se desenvolvendo desde muito tempo e ganhou força depois da assinatura do “Acordo-Quadro de Cooperação entre o Brasil e a França”, em 1996, pelos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac. Em 2008, ocorreu a assinatura de um protocolo adicional que foi denominado “Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-França”, formalizado por intermédio do encontro dos Presidentes Lula e Nicolas Sarkozy na Guiana Francesa. Mediante este plano, foi possível priorizar a construção da ponte Binacional, a cooperação em saúde, educação e segurança na fronteira. O Acordo de Cooperação entre Brasil-França foi promulgado em 2008, conforme o artigo,

Art. 1º Fica promulgado o Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa sobre Apoio às Iniciativas de Cooperação Descentralizada entre o Município de Oiapoque e a Coletividade Territorial da Guiana Francesa, firmado em Oiapoque, em 12 de fevereiro de 2008 (Brasil, Decreto nº 9.139, art.1º).

Com o tempo, a cooperação transfronteiriça entre a Guiana Francesa e o Estado do Amapá tornou-se uma particularidade da relação entre a França e o Brasil, uma vez que os dois países desenvolvem uma relação transfronteiriça. Essa parceria é organizada em torno de um diálogo estruturado por meio de dois órgãos: o Conselho do Rio, que reúne representantes das populações, que vivem ao longo do rio Oiapoque, e autoridades administrativas e políticas

⁴ Utiliza-se o termo “coletividade” por se tratar de uma classificação jurídico-administrativa do Estado francês (*collectivité territoriale*), que designa territórios ultramarinos integrados politicamente à França, como é o caso da Guiana Francesa, que possuem uma autonomia administrativa relativa, mas são subordinados ao Estado francês.

loais para discutir as condições de vida locais; e a Comissão Mista Transfronteiriça (CMT), que reúne representantes eleitos e administrações francesas e brasileiras para organizar o desenvolvimento das relações transfronteiriças (Embaixada da França no Brasil, 2025).

No contexto da cooperação educacional internacional, a Academia da Guiana⁵ tem estabelecido articulações institucionais com diversos organismos. No âmbito da Educação Básica, destaca-se a parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Amapá, consolidada por meio de um acordo firmado em 2008, cujo objetivo principal foi a promoção do ensino das línguas oficiais dos países signatários. Tal cooperação foi renovada em 2018 e, posteriormente, em 2024, evidenciando o comprometimento contínuo das partes envolvidas com o fortalecimento das políticas de educação linguística transfronteiriça.

Em 2024, o Presidente Macron em sua visita de Estado ao Brasil assinou o “Novo Plano de Ação para a Parceria Estratégica França-Brasil” que incluiu várias cooperações e renovando as bases das relações bilaterais (Brasil; França, 2024). Esse novo plano inclui diversas áreas, dentre elas estão as relações educacional, transfronteiriça, cultural e linguística. Tratando-se especificamente da “cooperação da matéria da educação”, o ponto 71 do Novo Plano de Ação para a parceria estratégica França-Brasil relata que,

Com base na observação de que a cooperação educacional tem contribuído para a difusão das culturas brasileira na França e francesa no Brasil, os dois países se esforçarão para favorecer a criação nas respectivas instituições públicas de ensino de iniciativas para promover o conhecimento do idioma e da cultura do país parceiro. (Brasil; França, 2024).

Nesse contexto, vale ressaltar que as parcerias são de suma importância para a visibilidade da internacionalização da educação. Sobre essas intervenções, a Embaixada da França no Brasil descreve que

o Serviço Educativo e Linguístico da Embaixada da França no Brasil tem como objetivo promover a língua francesa no Brasil, tanto por meio do ensino do francês e em francês, quanto valorizar a diversidade linguística e o plurilinguismo, desde a pré-escola até o ensino superior. Além disso, em parceria com instituições brasileiras, busca refletir sobre os sistemas educacionais e a formação de professores e gestores educacionais, incluindo o ensino técnico e profissional nessa missão (Embaixada da França no Brasil, 2025).

A atuação do Serviço Educativo da Embaixada da França no Brasil, especificamente no Estado do Amapá, tem se concretizado por meio de iniciativas como apoio à implantação

⁵ A Academia da Guiana (*Académie de Guyane*) é o órgão administrativo do Ministério da Educação Nacional da França responsável pela gestão, coordenação e supervisão das políticas educacionais na Guiana Francesa, abrangendo o ensino primário e o secundário, além de atuar como instância mediadora em ações de cooperação educacional internacional, especialmente em contextos de fronteira.

de escolas bilíngues português-francês; promoção do *FrancEcolab Brasil*, projeto que articula o ensino do francês a temáticas socioambientais em escolas brasileiras; adesão ao *Programa FrancEscola*, voltado ao fortalecimento do ensino do francês na Educação Básica e à formação continuada de professores das redes públicas; bem como pela concessão de bolsas parcial e integral para formação docente em instituições francesas, como a *Université d'Été* – BELC⁶, dedicada ao aperfeiçoamento didático-pedagógico de professores de francês, e o CAVILAM⁷ – Alliance Française, que oferece cursos intensivos de língua e metodologias de ensino. Podemos afirmar que essas ações demonstram que há um trabalho voltado à internacionalização da Educação Básica amapaense, ao articular ensino de línguas, formação docente e intercâmbio cultural.

Por meio dessas parcerias, a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP) tem desenvolvido projetos que se inserem em uma política de internacionalização da educação, viabilizada pelo apoio institucional de organismos franceses e de cooperação internacional. Embora a SEED/AP não disponha em seu organograma de uma assessoria específica dedicada às relações internacionais, em 2023, foi instituído um grupo de trabalho voltado às temáticas que articulam educação e cooperação internacional. O GT tem sido o responsável por auxiliar na elaboração, execução e acompanhamento dos acordos firmados, dentre eles a cooperação internacional entre o Amapá e a França, com ênfase no fortalecimento da educação transfronteiriça, considerando as especificidades geográficas, históricas e socioculturais da região de fronteira com a Guiana Francesa.

No período de 2024-2025, o Estado do Amapá e a França firmaram protocolos de acordo, dentre os quais, destacam-se: a cooperação entre a Academia da Guiana e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá; a cooperação entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e o Liceu Polivalente Balata - Academia da Guiana; a cooperação técnica entre a Embaixada da França no Brasil e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá no âmbito do “programa FrancEscola”; e o protocolo de intenções entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e o Liceu Polivalente Melkior et Garré - Academia da Guiana.

Nas subseções seguintes, detalha-se a parceria entre as instituições francesas e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP), que integra uma política educacional transfronteiriça visando fortalecer a formação, a pesquisa, a mobilidade e o

⁶ BELC refere-se ao *Bureau d'Études des Langues et des Civilisations*, programa internacional de formação continuada de professores de francês como língua estrangeira.

⁷ *Centre d'Animation et de Valorisation de l'Initiation Linguistique Appliquée Mondiale*, centro internacional de referência na formação linguística e pedagógica de professores de francês.

plurilinguismo. Por meio de ações conjuntas, busca-se promover intercâmbio educacional voltado às trocas de conhecimentos, culturas, experiências e conhecimentos pedagógicos.

3.1 A cooperação entre a Academia da Guiana e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá

Conforme estabelecido no Protocolo de Acordo (SEED, 2024), o documento integra a política de cooperação educacional transfronteiriça formalizada pela Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França. Esta política é amparada pelo novo Plano de Ação da Parceria Estratégica e pela Declaração de Intenções Brasil-França, ambos assinados em 28 de março de 2024, em Brasília. Ressalta-se que o referido acordo foi originalmente firmado em 2008 e renovado em 2018.

O protocolo prevê eixos fundamentais como: a engenharia de formação, formação, pesquisa pedagógica, mobilidade e a promoção do plurilinguismo. Esses eixos orientam as diretrizes para a promoção da cooperação educacional dos signatários, entre as ações acordadas destacam-se: a promoção e o desenvolvimento do ensino; a aprendizagem da língua dos signatários; e visitas de estudo envolvendo grupos de alunos, professores e gestores da educação.

Além disso, há o fomento à formação continuada para os professores e demais profissionais da educação por meio de intercâmbios de informações e experiências. Destaca-se ainda a continuidade ao plano plurianual de formação linguística e cultural em imersão (Estágio Amazônico) com o objetivo de desenvolver o domínio linguístico e a competência dos professores de francês língua estrangeira (FLE) e dos professores de português língua estrangeira (PLE).

Ademais, ficou acordado a participação de representantes de cada instituição em eventos, visando ao fortalecimento dos laços institucionais e à difusão de conhecimentos, bem como o encorajamento das trocas de informações e experiências entre os especialistas responsáveis pela gestão acadêmica, pelas políticas educacionais, pelos programas e currículos educacionais específicos. Outrossim, firmou-se a promoção de programas inovadores de inclusão social em educação, destinados a jovens oriundos de zonas rurais, a garantia de acesso aos alunos da academia da Guiana ao sistema educacional amapaense, a criação de um site institucional de acompanhamento, a difusão dos trabalhos de cooperação e a formação de grupo de trabalho composto por representantes das instituições parceiras.

No âmbito desta cooperação mais ampla, a qual engloba a Educação Básica e Profissional, entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP) e a Academia da Guiana, importantes laços educacionais e culturais vêm se firmando, dentre os quais destaca-se um acordo específico na área da educação profissional. Este acordo, estabelecido entre o Centro de Educação Profissional do município de Santana, Maria Salomé Gomes Sares, e o Liceu Polivalente Balata, localizado na cidade de Matoury, na Guiana Francesa, tem como propósito fortalecer a formação técnica e ampliar oportunidades de intercâmbio pedagógico e profissional entre professores e estudantes das duas regiões. A proposta contempla ações conjuntas de capacitação, trocas metodológicas e o desenvolvimento de competências voltada ao mercado de trabalho. A subseção seguinte aborda especificamente esse acordo, evidenciando seu objetivo e suas perspectivas.

3.2 Acordo de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e o *Lycée Polyvalent Balata* - Academia da Guiana

Em 10 de maio de 2024, foi firmado um acordo entre o Centro de Educação Profissional de Santana Maria Salomé Gomes Sares, instituição especializada na formação de ofícios de construção, localizado no município de Santana, e o Liceu Polivalente Balata⁸, constituído de formações gerais e tecnológicos e um segmento de ensino profissional na área empresarial no setor de prédios e trabalhos públicos, localizado em Matoury, na Guiana Francesa. Soma-se a essa parceria, o Campus de Ofícios e Qualificações de Excelência Madeira, Ecoconstrução e Ecotecnologia da Guiana (CMQX B2E Guiana), criado com o propósito de integrar campos da educação, da economia e da pesquisa no território, a fim de atender às demandas de formação de mão de obra.

A duração do acordo é de quatro anos, sendo renovável mediante vontade expressa das partes, salvo em denúncias de ambos os signatários. Seu objetivo principal consiste em fortalecer vínculos institucionais e o desenvolvimento de conhecimentos mútuos, por meio de intercâmbio educacional e técnico entre os estudantes e professores das duas instituições.

Dentre as ações previstas, destacam-se: a implementação de dupla certificação; a realização de projetos em conjunto; a oferta de estágios empresariais para ambos os

⁸ Em 9 de outubro de 2025, a instituição passou a se chamar *Lycée Georges-Othily*, em homenagem ao político, escritor e figura marcante na vida da Guiana Francesa. De acordo com o jornal *France-Guyane*, essa iniciativa integra uma abordagem voltada a homenagear grandes personalidades da história e da cultura guianenses e a transmitir sua memória às gerações mais jovens. Nesse estudo, utiliza-se o nome anterior, uma vez que este consta nos documentos formalizados.

estudantes; a promoção de visitas mútuas nos países envolvidos; a criação de grupos de acompanhamento dos projetos; a adoção de mecanismos para a resolução de conflitos; o compromisso com a confidencialidade e a proteção de dados pessoais; além das medidas de prevenção da corrupção. O acordo também prevê a constituição de um trabalho multidisciplinar conjunto para definir as ações futuras e o modo de funcionamento da parceria, responsável por assegurar a afetividade das atividades propostas e por estimular trocas recíprocas que reforcem os laços educacionais, profissionais e culturais estabelecidos.

Essas ações consolidam um caráter específico da educação profissional entre o Liceu Balata e o Centro de Educação Profissional Salomé, voltado prioritariamente à formação técnica e ao fortalecimento de competências para o mercado de trabalho. Dando continuidade ao panorama de ações da SEED/AP, a seguir destaca-se o protocolo de intenções entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e o *Lycée Melkior et Garré* - Academia da Guiana que apresenta outro instrumento de parceria reforçando esse laço educacional entre os dois países.

3.3 Protocolo de Intenções entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá e o *Lycée Polyvalent Melkior et Garré* - Academia da Guiana

O presente protocolo foi assinado em 28 de maio de 2025, estabelecendo uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP), por meio das instituições que a integram: o Centro de Educação Profissional Professora Josinete Oliveira Barroso, especializado em formações na área da gastronomia; o Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand, especializado no ensino da língua francesa; e o Centro Cultural Franco-amapaense, especializado em manifestações artísticas e culturais, com foco na promoção e difusão da cultura franco-brasileira. Do lado francês, participa o Liceu Polivalente *Melkior et Garré*, instituição pública, constituído de formações gerais e tecnológicas e um segmento de ensino profissional, especificamente no setor de hotelaria, de gastronomia (preparação e atendimento em restaurante) e uma seção internacional brasileira, localizado em Caiena, na Guiana Francesa.

A duração do acordo é de quatro anos, sendo renovável mediante vontade expressa pelas partes, salvo em denúncias de ambos os signatários. Seu objetivo principal consiste em fortalecer vínculos institucionais e o desenvolvimento de conhecimentos mútuos, por meio de intercâmbio educacional e técnico entre os estudantes e professores das duas instituições.

Dentre as ações previstas, destacam-se: a implementação de dupla certificação; a realização de projetos em conjunto; a oferta de estágios empresariais para ambos os estudantes; a promoção de visitas mútuas nos países envolvidos; a criação de grupos de acompanhamento dos projetos; a adoção de mecanismos para a resolução de conflitos; o compromisso com a confidencialidade e a proteção de dados pessoais; além das medidas de prevenção da corrupção. O acordo também, prevê a constituição de um trabalho multidisciplinar conjunto para definir as ações futuras e o modo de funcionamento da parceria, responsável por assegurar a afetividade das atividades propostas e por estimular trocas recíprocas que reforcem os laços educacionais, profissionais e culturais estabelecidos.

No que concerne às parcerias voltadas à Educação Básica, evidencia-se também a cooperação para promoção e apoio pedagógico ao ensino da língua francesa, entre o Governo do Estado do Amapá, a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP) e a Embaixada da França no Brasil. Essa ação, desenvolvida no âmbito do “programa FrancEscola”, tem como foco o aprimoramento da língua francesa nas escolas de Educação Básica do Amapá. A seguir, destacam-se os objetivos e as perspectivas do acordo de cooperação técnica firmado entre a Embaixada da França e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá.

3.4 Acordo de Cooperação Técnica entre a Embaixada da França no Brasil e a Secretaria de Estado do Amapá no âmbito do Programa *FrancEscola*

Em 09 de setembro de 2024, houve a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre a Embaixada da França no Brasil e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá, o qual prevê a implementação do programa *FrancEscola* na rede pública de ensino do Amapá, com duração inicial de 2 anos, podendo ser renovada.

Este acordo tem como objetivo a melhoria da qualidade do ensino de/em francês nas escolas públicas estaduais. Conforme a primeira cláusula, “o objeto deste acordo é a execução de um conjunto de projetos destinados a auxiliar a SEED/AP na continuidade e no aprimoramento do ensino do francês nas escolas públicas estaduais que oferecem o componente curricular francês como língua estrangeira (FLE) [...]” (Amapá, 2024, p. 2).

No âmbito da coordenação de atividades, o programa se organiza em quatro eixos principais: o projeto *FrancEcolab Brasil*, que visa conscientizar escolas e jovens sobre a importância das responsabilidades ambientais, acompanhando-os em seus compromissos

como ecocidadãos; língua e cultura, que consiste em incluir uma série de eventos que exploram a literatura, o cinema, a música, a Francofonia, o intercâmbio cultural e o aprendizado da língua francesa; língua e mobilidade para alunos, que consiste em promover o acesso aos exames de proficiência em língua francesa, como o Diploma de estudos em língua francesa (DELF) e Diploma de aprofundamento em língua francesa (DALF), ambos são os diplomas oficiais emitidos pelo Ministério francês da Educação Nacional para certificar as habilidades em francês de candidatos estrangeiros, válidos para a vida toda; língua e pedagogia que promove a atualização linguística e metodológica de docentes por meio de ações de formação continuada, tais como congressos, oficinas, minicursos e webinários.

A implementação do Programa *FrancEscola* na rede pública do Estado do Amapá iniciou no dia 06 de março de 2025, data da reunião online para a apresentação do programa direcionada ao público-alvo composto por professores de língua francesa, coordenadores e gestores das escolas vinculadas à Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP). O encontro teve como objetivo apresentar os eixos do programa, esclarecer sua implementação nas instituições escolares e reforçar seu propósito principal: fortalecer o ensino da língua francesa no Estado do Amapá e ampliar a cooperação educacional entre as instituições envolvidas.

Além disso, no dia 31 de março de 2025, após o período de seleção das escolas⁹, foi realizada a cerimônia oficial de certificação do programa, no auditório da SEED/AP. Na ocasião, foram certificadas quatro escolas a serem contempladas: Escola Estadual Augusto dos Anjos, Escola Estadual Paulo Freire, Escola Estadual Ariri e Escola Estadual José Anchieta. Também outras duas escolas, que já trabalham com o ensino bilíngue, foram automaticamente incluídas: Escola Estadual Marly Maria e Escola Estadual Joaquim Caetano.

Dessa forma, observa-se que programa *FrancEscola* representa um grande avanço no fortalecimento do ensino da língua francesa nas escolas de Educação Básica no Amapá, principalmente por meio de seu desenvolvimento linguístico e intercultural, além da formação continuada de professores e da conscientização ambiental. Seus quatro eixos: *FrancEcolab* Brasil; Língua e Cultura; Língua e mobilidade; e Língua e pedagogia orientam as ações por meio das quais o programa implementa o aprimoramento da língua francesa. Dessa forma, a

⁹ Conforme informações repassadas na reunião online, organizada pela coordenação do Grupo de Trabalho de Relações Internacionais e Educação, a Embaixada da França solicitou à Secretaria de Estado da Educação do Amapá a indicação de escolas que ofertassem a língua francesa e desenvolvessem projetos educacionais na área. Com vistas a organizar esse processo e garantir critérios institucionais de seleção, o referido Grupo de Trabalho estruturou uma seleção interna, composta por duas etapas: inscrição e entrevista das escolas interessadas em aderir ao programa.

implementação das primeiras escolas certificadas evidencia o compromisso com as instituições parceiras consolidando um modelo de referência para compromissos futuros.

3.5 Reflexões sobre a cooperação transfronteiriça: entre o contexto local e os Parâmetros Nacionais

Diante do estudo exposto, observa-se que a internacionalização da educação no Estado do Amapá, materializada nos acordos com a Academia da Guiana e a Embaixada da França, reflete uma tentativa de estruturação política em rede. No entanto, a análise dessa conjuntura, quando confrontada com os Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica (Brasil, 2022) e o referencial teórico discutido, exige uma postura cautelosa quanto à efetiva profundidade e sustentabilidade dessas ações.

Sob a ótica da primeira e quarta áreas dos Parâmetros, o Programa *FrancEscola* parece convergir para a ideia de uma "internacionalização em casa". Ao promover o plurilinguismo e temas contemporâneos (como a responsabilidade ambiental no eixo *FrancEcolab*), há uma proposta ao desafio de conectar a realidade local ao contexto globalizado. Todavia, cabe indagar, em consonância com as preocupações de Thiesen (2018), em que medida essas práticas pedagógicas conseguem ser plenamente incorporadas ao cotidiano das escolas, evitando que a internacionalização se limite a um projeto específico, com quantidade restrita de estudantes, em detrimento de uma "internacionalização integral (para todos)".

No que tange à segunda área (Gestão), identifica-se um ponto de vulnerabilidade institucional. Embora a criação de um Grupo de Trabalho em 2023 demonstre intenção política, a ausência de uma assessoria de relações internacionais estruturada no organograma da SEED/AP pode ocasionar a descontinuidade das ações. Como aponta Köhler (2024), a gestão da internacionalização exige continuidade e clareza de metas, uma vez que os protocolos de curta duração (2 a 4 anos) e de estruturas transversais pode fragilizar a institucionalização do processo, tornando-o suscetível a descontinuidades administrativas.

Quanto à terceira área (Formação de Professores), os eixos de "engenharia de formação" e o "Estágio Amazônico" alinham-se formalmente à necessidade de valorização docente por meio de formações continuadas. Entretanto, sob um olhar atento às críticas de Amaral e Mocarzel (2025), é preciso monitorar se essa formação de fato promove a autonomia e a criticidade ou se atua como instrumento de *soft power*, focado primordialmente

no reconhecimento de didáticas que podem não ser aplicáveis ao contexto específico de cada região.

Por fim, ao considerar a quinta área (O Estudante) e o protagonismo discente, os acordos de dupla certificação e estágios profissionais nos Liceus *Balata* e *Melkior et Garré* parecem oferecer caminhos concretos para a qualificação para o trabalho. Contudo, para que o estudante amapaense desenvolva a cidadania global e a criticidade, previstas nos Parâmetros, a internacionalização não pode ser reduzida a uma competência técnica ou instrumental. Com base em Quadros (2025), observa-se aqui a oscilação na finalidade da internacionalização no sistema educacional.

4 Considerações Finais

O presente estudo abordou a internacionalização na Educação Básica Amapaense, com ênfase nas identificações das ações estabelecidas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Amapá. A partir das perspectivas teóricas apresentadas ao longo do texto, foram discutidos os principais aspectos relacionados à internacionalização, às políticas linguísticas e aos Parâmetros Nacionais para a internacionalização na Educação Básica, destacando como as cooperações implementadas moldam esse processo.

A cooperação internacional se apresenta como um caminho estratégico para os estudantes da Educação Básica e da Educação Profissional, no desenvolvimento de competências interculturais e para a formação de cidadãos capazes de transitar em contextos globalizados. No âmbito nacional, os Parâmetros Nacionais para internacionalização na Educação Básica orientam escolas acerca de conexões com o cenário internacional por meio de parcerias institucionais e ações voltadas à interculturalidade.

Nesse contexto, a singularidade geográfica do Estado do Amapá, fronteira com a Guiana Francesa, tem propiciado o desenvolvimento de políticas educacionais com dimensões internacionais na região. Esta condição de fronteira não é apenas um dado cartográfico, mas um fator que impulsiona fluxos migratórios, trocas culturais e demandas por uma educação que responda à complexidade da região, favorecendo a implementação de uma internacionalização com características transfronteiriças ímpares.

Dessa forma, observamos que as cooperações estabelecidas, entre a Secretaria de Estado da Educação do Amapá, a Embaixada da França no Brasil e a Academia da Guiana, demonstram um alinhamento significativo com a política de internacionalização. Tais iniciativas contribuem

para a inserção de temas globais, visando à formação intercultural e à valorização da diversidade. Contudo, conforme discutido em nossas análises, a sustentabilidade desses avanços requer cautela institucional, especialmente no que diz respeito à formalização de setores de gestão internacional e à garantia de que os benefícios dessas parcerias alcancem a rede pública de forma equânime, mitigando riscos de instrumentalização ou reforço de desigualdades.

Esperamos que este estudo contribua para o adensamento do debate sobre a internacionalização na Educação Básica, destacando seus impactos e perspectivas na educação amapaense. Ao evidenciar os acordos firmados com as instituições francesas, buscamos demonstrar como essas parcerias fortalecem o ensino de línguas, incentivam a internacionalização transfronteiriça, a promoção da mobilidade e a realização de atividade em âmbito local.

Assim, os resultados aqui apresentados podem servir de subsídio para o aprimoramento de políticas de internacionalização e para a reflexão das ações em vigência, garantindo maior solidez às estratégias educacionais no contexto das fronteiras brasileiras. Ademais, este estudo pode nortear investigações futuras voltadas à construção de um plano de ação institucional ou de um guia de orientações para a cooperação internacional da SEED/AP, visando sistematizar processos e assegurar a sustentabilidade das políticas de internacionalização na educação amapaense.

Conflito de interesse

Os autores declaram não ter conflitos de interesse a declarar.

Protocolo e pré-registro de pesquisa

Os autores confirmam que avaliaram os roteiros disponíveis na Equator Network. Nenhum roteiro foi considerado diretamente relevante para o presente estudo. A pesquisa não foi pré-registrada em repositório institucional independente.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados e documentos analisados neste estudo são de acesso público e podem ser consultados nos sites <https://www.gov.br/mec> e <https://seed.portal.ap.gov.br/>. Não há códigos ou materiais adicionais a disponibilizar.

Pesquisa com seres humanos

Não se aplica. Este estudo não envolveu seres humanos.

Contribuições das autoras

OLIVEIRA, Hemily da Silva.

Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição.

REIS, Jaqueline Nascimento da Silva.

Conceitualização, Metodologia, Recursos, Supervisão, Escrita - revisão e edição.

DAY, Kelly Cristina Nascimento

Administração do projeto e dos Recursos.

Referências

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação; GUIANA FRANCESA. Académie de Guyane. **Protocolo de Acordo**. Macapá/Cayenne, 28 mar. 2024. Representantes: Sandra Casimiro (SEED/AP); Philippe Dulbecco (Académie de Guyane).

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação; GUIANA FRANCESA. Liceu Polivalente Melkior et Garré – Académie de Guyane. **Protocolo de intenções**. Macapá/Cayenne, 28 maio 2025. Representantes: Sandra Casimiro (SEED/AP); Louis William (Liceu).

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação; GUIANA FRANCESA. Liceu Polivalente de Balata – Académie de Guyane. **Protocolo de intenções**. Macapá/Cayenne, 10 maio 2024. Representantes: Sandra Casimiro (SEED/AP); Marc Taillandier (Liceu).

AMARAL, Bruno Fernandes do; MOCARZEL, Marcelo. Análise dos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica: soft power e privatização no Brasil. **Revista Cocar**, Belém, edição especial, n. 43, p. 1–20, 2025. ISSN 2237-0315.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros nacionais para a internacionalização na educação básica no Brasil**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: https://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/7712664/mod_resource/content/0/Parametros_Internacionaliza_Educacao_Basica.pdf. Acesso em: 2 dez. 2024.

FRANÇA. **Nouveau plan d'action du partenariat stratégique France-Brésil**. Paris, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://www.elysee.fr>. Acesso em: 31 mar. 2025.

FRANÇA. Embaixada da França no Brasil; AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Acordo de Cooperação Técnica** n. 003/2024. Brasília/Macapá, 09 set. 2024. Representantes: Clécio Luís e Sandra Casimiro (SEED/AP); Emmanuel Lenain (Embaixada da França).

FRANÇA. Embaixada da França no Brasil. **O Brasil e a França**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/O-Brasil-e-a-Franca>. Acesso em: 25 mar. 2025.

KÖHLER, Fabiane. **A internacionalização no currículo do ensino médio: desafios da gestão escolar**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/11269>. Acesso em: 03 jan. 2026.

KNIGHT, Jane. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed. São Leopoldo: Oikoseditora, 2019.

QUADROS, Silvia Cristina de Oliveira. Processo de internacionalização na Educação Básica: rumos e perspectivas. **Educação**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 1–13, jan./dez. 2024.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Elias Ribeiro da. A pesquisa em política linguística: histórico, desenvolvimento e pressupostos epistemológicos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, v. 52, n. 2, p. 289–320, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/dT93Vp7MjTx9YgxPzqCrP4N/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

THIESEN, Juares da Silva. Internacionalização dos currículos na educação básica: concepções e contextos. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 991–1017, out./dez. 2017.

THIESEN, Juares da Silva. Quem girou as chaves da internacionalização dos currículos na educação básica? **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e194166, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698194166> . Acesso em: 05 jan. 2026.

UNESCO. **Educação para a cidadania global**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2016. 73 p.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.